

AO RÉS-DO-CHÃO: CRÔNICAS DE UMA CIDADE ENTRE ANSEIOS METROPOLITANOS E NOSTALGIAS PROVINCIANAS (JOÃO PESSOA, 1940-1970)

EIXO TEMÁTICO: DISPUTAS DO/PELO PROGRESSO E DO/PELO MODERNO

TRAJANO FILHO, Francisco Sales

Doutor; Instituto de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo
sales@sc.usp.br

RESUMO

Este artigo se vale de crônicas, ensaios, relatos memorialistas e artigos de jornal para pensar o trânsito entre as transformações materiais e as respostas subjetivas em meio às profundas alterações que marcaram a cidade de João Pessoa entre as décadas de 1940 e 1970. Alimentando visões de cidade, dinâmicas urbanas e cotidianos por vezes antitéticas, como hipótese, considera-se que as transformações processadas na estrutura e na paisagem urbana incidiram também na emergência de novas sensibilidades que encontraram na cidade um disparador de leituras, percepções e representações, nutrindo um imaginário social em contínuo rearranjo. O intuito é explorar as posturas, muitas vezes extremadas, assumidas diante de uma mesma realidade urbana, tomada como objeto e campo de disputa de representações sobre o devir da cidade e seus modos de vida, em embates em que à sanha modernizadora opunham-se falas reclamando moderação e resistência, em invocações a um passado que, mesmo idealizado, não era menos poderoso em sugestões.

PALAVRAS-CHAVE: João Pessoa; metrópole; província; história urbana; cultura urbana.

ABSTRACT

This article uses chronicles, essays, memoirist reports and newspaper articles to think about the transit between material transformations and subjective responses amid the profound changes that marked the city of João Pessoa between the 1940s and 1970s. Feeding visions of city, urban dynamics and daily lives that are sometimes antithetical, as a hypothesis, it is considered that the transformations processed in the structure and urban landscape also resulted in the emergence of new sensibilites

that found in the city a trigger of readings, perceptions and representations, nourishing a social imaginary in continuous rearrangement. The aim is to explore the positions, often extreme, taken in the face of the same urban reality, taken as an object and field of dispute for representations about the future of the city and its ways of life, in clashes in which the modernizing drive was opposed by speeches demanding moderation and resistance, in invocations to a past that, even idealized, was no less powerful in suggestions.

KEY-WORDS: *João Pessoa; metropolis; province; urban history; urban culture.*

RESUMEN

Este artículo utiliza crónicas, ensayos, memorias y artículos periodísticos para pensar el tránsito entre transformaciones materiales y respuestas subjetivas en medio de los profundos cambios que marcaron la ciudad de João Pessoa entre las décadas de 1940 y 1970, alimentando visiones de ciudad, dinámicas urbanas y vidas cotidianas. a veces antitéticas, a modo de hipótesis, se considera que las transformaciones procesadas en la estructura y el paisaje urbano resultaron también en el surgimiento de nuevas sensibilidades que encontraron en la ciudad un detonante de lecturas, percepciones y representaciones, alimentando un imaginario social en continuo. reordenamiento. El objetivo es explorar las posiciones, a menudo extremas, frente a una misma realidad urbana, tomada como objeto y campo de disputa de representaciones sobre el futuro de la ciudad y sus modos de vida, en enfrentamientos en los que el impulso modernizador se le opusieron discursos que exigían moderación y resistencia, invocaciones a un pasado que, incluso idealizado, no era menos poderoso en sugerencias.

PALABRAS CLAVE: *João Pessoa; historia urbana; cultura urbana; metrópolis; província.*

INTRODUÇÃO

“Minha rua provinciana é larga e serena. (...) Ela é assim mesmo, distante. Parece que não vive neste mundo de Deus. Minha rua não toma conhecimento das mazelas do mundo” (Juarez Batista, Close Up, 26 nov. 1952)

“Mas há os saudosistas, almas provincianas, que veem essas transformações com um ranço de amargura” (“Crescer para Cima, A União, 05 mar. 1963)

Entre as décadas de 1940 e 1970 a cidade de João Pessoa experimentou profundas transformações em população e configuração espacial, decisivas na definição do que é a capital paraibana hoje. Ao final desse período, seu território ocuparia uma área várias vezes superior à que encerrava a mancha urbana na virada para os anos 1940, com uma população então de pouco mais de 70 mil habitantes superando 220 mil pessoas em 1970. Para além dos dados estatísticos, já por si significativos das mudanças decorridas, as transformações processadas na estrutura e na paisagem urbana incidiram também na emergência de novas sensibilidades que encontraram na cidade um disparador de leituras, percepções e representações, nutrindo um imaginário social em contínuo rearranjo em face de uma realidade instável e provisória.

Com construções históricas cedendo lugar a edifícios verticais e vastas zonas havia pouco desertas em rápida ocupação por iniciativas públicas e privadas de produção de moradias, na região central, nas franjas da área urbana assim como na distante orla oceânica, a sobreposição de distintas temporalidades no mesmo recorte espacial conferia estranheza a um processo cuja carência de fundamentos socioeconômicos contribuía para imprimir-lhe um tanto de absurdo:

“A gente fica então a indagar de que forma se consegue isto, numa terra sem indústria, sem agricultura apreciável, sem atividades extrativas representadas em estatísticas positivas, com fins de rentabilidade oficial – a gente fica a indagar de que modo se arquiteta esse progresso urbano em meio de tamanha descompensação econômica, em meio de tão extremo desnível social. [Nada existia que servisse de] lastro para o desmesurado crescimento urbano, em que imperam o bom tom, o gosto pelo supérfluo e o requinte decorativo” (Moreira, 1956, p.2)

Impelindo esse “desmesurado crescimento urbano”, dois movimentos distintos, porém complementares, conduziam a definição da nova imagem de cidade. A “corrida para o mar”, na forma da ampliação horizontal acelerada da mancha urbana guiada pela linha reta da Avenida Epitácio Pessoa, convertia em cidade o largo trecho entre o núcleo urbano e a região litorânea de Tambaú e Cabo Branco, da qual a capital estivera por séculos separada. Na outra ponta, o “crescimento para cima”, com a verticalização rompendo o gabarito de três andares até então predominante, tanto na área central, de forte densidade histórica, como junto às praias, que perdiam seu caráter de lugar de veraneio para abrigar uma crescente população de residentes, parte dela se alojando em edificações verticais erguidas sobre a areia, em meio ao coqueiral nativo.

Figuras 1 e 2: Vista em primeiro plano do Parque Solon de Lucena e eixo da Avenida Epitácio Pessoa, partindo da Praça da Independência (esquerda) chegando ao mar (à direita) (Meados dos anos 1950)



Fonte: Acervo Humberto Nóbrega

De um lado, “construções luxuosas e moderníssimas” (Moreira, 1956, p.2) multiplicando-se pela zona de expansão rumo ao mar, e uma “progressão geométrica de blocos residenciais” (Idem) alterando a habitual silhueta urbana de uma cidade de pequenos sobrados; de outro, um enorme contingente de casas “afundadas na lama e no pó” (Idem): expandindo-se para fora e para dentro, “sufocando o casario antigo, os becos, as favelas, os antros” (Noronha,

1957, p.2), para todos os efeitos João Pessoa ganhava “foros de cidade grande com muita rapidez” (Cidade..., 1966, p. 3).

Esse processo de transformação bifronte acabaria por alimentar visões de cidade, dinâmicas urbanas e cotidianos por vezes antitéticas. Ora se alinhando ao desejo de arrematar a modernização da cidade, de dotá-la, enfim, de ares pretensamente metropolitanos; ora ao cultivo de modos de vida e sociabilidade ancorados na valorização de uma existência identificada com o tempo lento da vida provinciana e na defesa do que se supunha genuíno, próprio e autêntico; ora à busca da difícil síntese entre esses extremos sob a forma de uma ambígua “metrópole provinciana”.

Interpretar a natureza evanescente de uma tal realidade impôs o recurso a aparatos intelectuais e perceptíveis outros que não aqueles herdados para explicar uma condição urbana moldada pela acomodação gradativa e não conflituosa dos fatos, própria da cidade em seus primeiros séculos de existência.

Longe da coesão discursiva, a situação era por demais propícia ao aparecimento de uma miríade de impressões e leituras, contingentes e fragmentadas. Nas páginas de jornais diários e de revistas de variedades, as últimas reviravoltas de uma cidade em modernização ganhavam registro, com incongruências e contradições entrevendo-se aqui e ali. Esse mesmo estado de coisas alimentava outro de tipo de produção, de sentido oposto, sob a forma de relatos memorialistas, narrativas sentimentais da história urbana e exercícios de ensaísmo sociológico à maneira freyriana que direcionavam o olhar para a cidade pretérita, evadindo-se do presente em transformação. O resultado, por óbvio, compunha um todo incoerente, um caleidoscópio irreduzível a qualquer pretensão de fixar uma imagem única da cidade e da experiência urbana que se definia.

A fim de compreender esse processo e sua natureza, este artigo se vale dessa variedade de registros para se aproximar da cidade considerando o trânsito entre as transformações materiais e as respostas subjetivas que provocavam. O principal objetivo aqui é discutir as posturas, muitas vezes extremadas, assumidas diante de uma mesma realidade urbana, tomada como objeto e campo de disputa de representações sobre o devir e seus modos de

vida, em embates em que à sanha modernizadora opunham-se falas reclamando moderação e resistência, em invocações a um passado que, mesmo idealizado, não era menos poderoso em sugestões.

Para tanto, o artigo explora um vasto conjunto de documentos, incorporando distintas produções advindas da crônica diária de jornais, em especial as colunas dedicadas à cidade e seus problemas, em jornais como *O Norte* e *A União*, que assumem um novo dinamismo na segunda metade do século XX, assim como relatos de caráter memorialista, de subjetividade latente, tentativas de interpretação histórico-sociológica da cidade e de construção de uma história da cidade a contrapelo da noção de progresso na sua forma material mais comezinha, reivindicando uma urbanidade ancorada no passado que se perdia à medida que a cidade se transformava, presente em estudos como *Caminhos, sombras e ladeiras* (1951) e *Roteiro sentimental de uma cidade* (1962). Lidos em simultâneo, esses documentos falam de visões de cidade e representações urbanas díspares, de disputas pelo progresso e pelo moderno, bem como da luta por imbuir de sentido e valor uma cidade presa a sentidos tradicionais de espacialidade e sociabilidade que se evadia no processo.

CRÔNICAS DE QUAL CIDADE?

Mais rente à vida cotidiana, efêmera e sem pretensões, “filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa” (Candido, 1993, p. 14), a crônica presta-me muito bem como espaço de registro da fugacidade inerente a contextos em transformação. Não é casual, portanto, que esse gênero se expanda com celeridade na década de 1950, momento em que a cidade já mostrava trechos “quase irreconhecíveis (...) para quem vem de fora” (Progresso..., 1956, p.3).

Uma exceção na década de 1920, com as crônicas de um Ademar Vidal, no jornal *A União*, acompanhando uma cidade às voltas com o primeiro ciclo de modernização urbana, a prática se generalizaria nos anos 1950, com cronistas diversos dividindo as páginas dos jornais locais. Assim, no mesmo *O Norte*, podia-se acompanhar as “Nota do dia”, de José Leal, “As conversas de fila”, de José Ramalho, a “Revista da cidade”, “Daqui e dali”, “Problemas da cidade” e o “Close-up”, esta última assinada por Juarez Batista.

Nesses espaços, a cidade comparecia complexa e prenhe de problemas: a crise de moradias, agravada com a população adventícia, expulsa do sertão por conta da seca; as dificuldades de abastecimento e o aumento do custo de vida, com as “classes médias e pobres (...) vivendo uma hora da morte, com a subida inqualificável de todos os gêneros de primeira necessidade” (Ramalho, 5 fev. 1951, p.3); a precariedade dos transportes públicos, crítica sobretudo em direção às margens do núcleo urbano, lugares como Tambaú, Oitizeiro e Mandaracu; o fornecimento irregular dos serviços de água e luz, com “trechos onde se vive em meia escuridão” (Problemas..., 1955, p. 2), afetando áreas consolidadas assim como a zona de expansão urbana: “água na avenida Epitácio Pessoa é coisa que ninguém mais espera” (Ramalho, 13 jan. 1953, p.3).

Em “progressão constante”, a expansão fazia com que “a fisionomia urbana desta velha Filipéia de quatrocentos anos difer[isse] profundamente do que se observava um decênio atrás” (Leal, 1952, p.4), e com ela um cabedal de tribulações comum a metrópoles como Rio de Janeiro, São Paulo ou Recife tornava-se corriqueiro no cotidiano local:

“A expansão da cidade acarreta problemas que exigem soluções imediatas, tais como o da energia elétrica, do abastecimento d’água e saneamento, e salta as vistas de todos que o Estado não está em condições de cobrir toda essa área enorme com uma rede condutora de energia ou construir os esgotos exigidos” (Problemas..., 1954, p. 2)

É também nesses espaços que se perfilavam leituras, conflitantes, sobre os rumos que a cidade tomava e a natureza da realidade urbana que se conformava, embora prevalecesse uma franca disposição em relação à modernização da cidade. Muito frequentemente a exposição de algum desconforto não advinha da constatação dos efeitos destrutivos sobre a estrutura material da cidade, mas do ritmo com que se processava a transformação, de “enervante lentidão”.

Para alguns, era preciso fazer mais e mais célere na “tarefa de retirar da mataria rasteira uma cidade moderna, dotada de todos os requisitos essenciais à vida civilizada” (Leal, 1952, p.4). Sem alterações no ritmo, “nem em cem anos se transformará a fisionomia do centro urbano” (O prédio..., 1958, p.3).

Assim, ao mesmo tempo em que se celebrava o “desaparecimento de um velho pardieiro, numa esquina central” (Idem), reclamava-se que o movimento encetado não só continuasse como se intensificasse. Afinal, “outras esquinas centrais ainda são ocupadas por casinhas de minguadas proporções” (Idem). Se se elogiava a ação da prefeitura ao pôr abaixo “dois pardieiros que enfeitavam o seu trecho principal”, considerava-se “incompleta a providência” se “os outros existentes no mesmo local não fo[ss]em demolidos” (Problemas..., 1955a, p.2). Era urgente superar o tempo dos “prédios de aspectos passadistas e do tipo pigmeu” em favor da época do “gigantismo arquitetural” (Leal, 27 jul. 1952, p.4).

“Aqueles dois exemplares das construções do século passado precisam desaparecer quanto antes, para darem lugar a construção de vulto, (...) A Prefeitura mesmo com grande sacrifício para suas finanças deve promover os meios de arredá-los dali” (Problemas..., 1955, p.2)

Figura 3: Vista aérea da região central de João Pessoa, começo da década de 1970, mostrando a verticalização em torno do Parque Solon de Lucena e do Ponto de Cem Réis.



Fonte: IBGE

Mais sutil, a evocação de uma outra cidade, outra sociabilidade, outra temporalidade ancorava uma sensibilidade nostálgica que, sem confrontar diretamente a modernização em curso, obliterava muito da realidade imediata que tomava forma. Nutrindo, por outro lado,

um senso de pertencimento a um cotidiano mezinho, de significativos detalhes, cuja expressão mais acabada encontrava-se na ideia de província e na carga de sentidos que ela portava.

“Longe, o casario branco. Na rua provinciana passa um bonde com estrondo enorme. Vai se arrastando imponente na sua fraqueza. Um silêncio. Um tempo. Parece que aí, nesse momento, se pode ouvir a natureza fecunda. O vento sacode as cortinas, balança o coqueiro preguiçoso, que oscila majestosamente” (Batista, 1952b, p.3)

Subjetivo, íntimo, atemporal, esse discurso tinha como protagonistas a “rua provinciana” e a vida urbana que representava, em uma cidade ávida por abandoná-las. Se lá “pode muito bem habitar um poeta de verdade”, são “funcionários públicos, que sonham com minúsculas coisas”, os homens que acorrem às janelas “para espiar” os outros. Nessa rua, o lírico e o banal coabitam. Se alude à rua de fato em que morava o cronista, a rua provinciana também condensava um feixe de memórias, sentimentos e vivências transcendentais, constituindo-se como que em um arquétipo, produto do acúmulo de tempos e histórias.

“Minha rua provinciana tem mais de trezentos e tantos anos de arrogância, na sua fria indiferença. Foi, em tempos esquecidos, a rua, ela, a única. Hoje, é apenas uma transversal. Poderia perguntar à maneira Ascenço Ferreira: – Cadê teus sobrados? Cadê tua nobreza, teu orgulho, teus ananases de platibanda, teus bacharéis de fraque (...)? E ouço-a responder: – A rua Direita passou no papo. Passou no papo, primeiro, a rua Direita. Depois foi o Tambiá. Depois, Trincheiras. E sucederam-se Montepio, Rua São José, Praça do Carmo, Rua da Palmeira, Torre, Jaguaribe, Roggers, Poço, Tambaú. E a minha rua foi distribuindo a sua vida e a sua grandeza. Hoje é rua transversal. Trancou-se nas suas lembranças. Talvez nas suas amarguras. Talvez em nada. Apenas não liga” (Batista, 1952, p.3)

Síntese da cidade e sua história, a rua provinciana encarnava a cidade que passava, atropelada pelo progresso, constituída não com a celeridade que caracterizava o processo contemporâneo, mas na longa duração de quatro séculos de fundação da capital paraibana. A esse tempo lento correspondia, por sua vez, um tipo distinto de relação com a natureza, desvinculada do sentido produtivo com que comparecia na agenda modernizante. Nela prevalecia o cultivo de um usufruto guiado pelo prazer desinteressado, um à vontade hedonista junto à natureza, de “dias plenos, de céu fundo e azul forte, de estio irrepreensível sobre a areia branca das praias, sobre o casario da cidade mergulhado na vegetação radiosa” (Batista, 1952a, p. 3).

Nesse discurso, as menções, pontuais, ao progresso e à modernização urbana comparecem como fatos dissonantes, perturbadores de uma existência bucólica, seja na forma do enorme estrondo provocado pela passagem do bonde, ou através de metáforas, como numa crítica velada à verticalização, personificada em um monstro que “numa tarde azul desocupada”, estacionou “ao lado de um cruzamento, junto à praça central” (Batista, 1952, p. 3).

O monstro “descansou ali mesmo”, em uma das esquinas em que o clamor geral comemorara a demolição de algum casario antigo, com seu “arcabouço de ferro, cimento, vidro, madeira, cal e outras substâncias de sua compacta intimidade, que alguns homens calcularam sobre pranchetas, na ponta do lápis”. Tudo ocorreu com a maior naturalidade, e afora os “homens de prancheta”, que “tiraram o bruto de uma dúzia de cálculos” e tábuas de logaritmos, que “desenharam esse ser de muitas bocas e muitos olhos”, ninguém mais “se preocupou com o bicho”. Uma “forma enorme, sem destino, na cidade” (Idem).

“E ele ficou ali, sossegado, a engolir gente com gulodice de monstro verdadeiro do período terciário, e não como civilizado, com requintes gustativos da moda. Às duas da tarde está em plena digestão. Tudo que lhe vai por dentro é vibração, vida de sucos gástricos, ação bioquímica decidida e pronta. Sua modorra a estas horas é uma grandeza de energias convocadas, um turbilhão de forças que se medem. O ruído das máquinas de datilografia, vozes de discussão, humildes apelos feitos em sussurro, o elevador que sobe, despachos silenciosos na folha de papel timbrado que o vento agita de leve, ordens, medidas drásticas, urgências de contínuos pelos corredores, exame clínico que prende os olhos no tubo de mercúrio e perscruta uma pressão arterial contrariada em Cruz das Armas, na Torre, em qualquer bairro, em qualquer homem, de qualquer latitude de uma cidade pequena – tudo é seu, do monstro, que cabeceia de sono” (Idem)

MEMÓRIAS, CRÔNICAS E DECLARAÇÕES DE AMOR

Não parece ser casual que no período em que a cidade enveredava por um novo ciclo de modernização, prolifere um tipo de relato em que ela desponta como suporte para a memória e a experiência subjetiva marcada pelo crivo da nostalgia. Como se, à medida que a cidade cultivada como instância de suporte à individualidade desaparecesse, o desejo de preservá-la, da maneira possível, se intensificasse.

O tom geral dessa produção acompanha o exemplo dos guias e relatos sentimentais conforme o modelo estabelecido por Gilberto Freyre em seu *Guia prático, histórico e sentimental do*

Recife, de 1934. Essa matriz explica, aliás, o fato de Ademar Vidal nomear de *Guia da Paraíba*, com ilustrações José Wash Rodriguez, o ensaio que publica em 1943 acerca das condições históricas, econômicas, geográficas e sociais que, embora de âmbito estadual, detém-se sobretudo na capital. De fato, a figura e o pensamento de Gilberto Freyre, sua pauta regionalista e de valorização da província (Oliveira, 2011) encontraram, desde os anos 1920, larga aceitação na Paraíba, cuja capital conhecera em 1916 e à qual voltaria em diversas ocasiões. Tal era a importância adquirida por Freyre no circuito intelectual local que, em 1952, durante o governo José Américo de Almeida, é proposta a criação do Centro de Estudos e Pesquisas Tropicais “Gilberto Freyre”, de cuja direção faria parte o escritor e jornalista Juarez Batista.

A familiaridade com o pensamento de Freyre explica muito do teor das crônicas da coluna “Close-Up”, do jornal *O Norte*, da qual Batista era o responsável. Sua pregação da rua provinciana como instância antitética à cidade em modernização repercutia o discurso que Freyre elaborara desde o retorno ao país, na década de 1920, e que esgrimira contra os desmandos do progresso infenso à história e à tradição que revolvia a capital pernambucana e outras cidades brasileiras.

A influência de Freyre sobre Batista é ainda mais evidente em *Caminhos, sombras e ladeiras. Esboço de perfil de uma cidade do Nordeste brasileiro*, de 1951, esse “quase ensaio”, como assim define seu autor, de feitiço histórico-sociológico sobre a capital paraibana inspirado em *Sobrados e Mucambos* (1936). Sem pretensões comparáveis ao estudo de Freyre, todavia, o trabalho de Batista buscava também analisar o “deslocamento dos valores sociológicos e psicológicos das casas-grandes para os sobrados citadinos”, em meio à “concentração nas cidades da vida social e da família na região nordestina” (Batista, 1989, p. XIII-XIV). Amparado em pesquisas para o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que resultou em um conjunto de documentos publicados como anexos, o ensaio se originou de uma conferência em comemoração ao centenário do jornalista, professor, latinista e ex-presidente da província da Paraíba, Antonio Alfredo da Gama e Mello. É através das sugestões extraídas da trajetória individual de Gama e Mello, “um dos representantes mais eugênicos” do patriarcado urbano, que Batista interpreta as mudanças sociais no deslocamento do meio

rural à cidade, condensadas na conformação do que chama “sobrado-rua”, um tipo edilício que era ao mesmo tempo representação de uma ordem social que operava como uma “força dissolvente de tudo que havia de mais despótico e ranzinza no brasileiro criado em casa-grande, ou de formação patriarcal às antigas” (Idem, p.6).

A cidade para a qual Batista projeta seu olhar se preserva como um fato atemporal, condensada em seus elementos constitutivos: caminhos, sombras, ladeiras, sobrados, coexistindo em harmonia em uma cidade do tempo lento. Do tempo desde o qual ele observa essa cidade, o da modernização que esgarçava a estrutura urbana e social existente, nenhum vestígio se vislumbra em sua narrativa. Nela está a Paraíba e não João Pessoa, e a rua provinciana como espaço a partir do qual observa o mundo¹.

A história da cidade, de seus bairros, ruas, tipos humanos, revista e contada a partir da história pessoal, numa extrapolação da experiência individual para arranjos interpretativos de alcance mais geral, ensaiada por Batista, era já mote de produções memorialistas afeitas à capital paraibana, como *O Tambiá da minha infância*, de Coriolano de Medeiros. De origem sertaneja, tangido do interior para a capital pela seca de 1877, Medeiros é autor de uma vasta e variada obra, composta por dicionários, estudos folclóricos e cultura popular, além de ensaios históricos e romances, como *O Barracão*, esboço de romance social, de 1930, e *Manáira ou nas trilhas da conquista do sertão*, publicado em 1936 com prefácio de Affonso de E. Taunay.

Anunciado já no título, o viés memorialista da obra de Medeiros se reforça com a ilustração presente na capa, um desenho emoldurado da Igreja de Mãe dos Homens Pardos Cativos, construção do século XVIII e demolida em 1923 para viabilizar o alargamento da rua Monsenhor Walfredo Leal e a criação da praça Antonio Pessoa, numa iniciativa do “Hausmann da municipalidade”, o prefeito Guedes Pereira, para assegurar maior fluidez do

¹ O nome da capital paraibana passou a ser João Pessoa a partir de 4 de setembro de 1930, em homenagem ao presidente do Estado, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, cujo assassinato foi usado politicamente como um estopim para a Revolução de 1930. Até àquele momento, a capital se chamava Paraíba do Norte ou simplesmente Paraíba. Sobre a relação entre cidade, rio e mar, ver Trajano Filho, 2006.

trânsito entre o centro, o bairro de Tambiá e o entorno da praça da Independência, em processo de ocupação por palacetes *art nouveau* da pequena elite abastada da capital. Postada em meio à via, como era, a sólida igreja parece, e assim era vista no discurso modernizador dos anos 1920, um obstáculo à imposição de ordem urbana guiada por princípios higienistas e de regularização técnica da cidade.

Afamado pela fonte que por séculos abasteceu d'água parte da cidade da Paraíba, o Tambiá das recordações de Coriolano de Medeiros, com seu "aspecto de pequena aldeia" (Medeiros, 1942, p.19), constituía no final do século XIX uma aglomeração populosa, com casas de taipa de porta e janela que se espalhavam em trechos pouco ou nada urbanizados, meio cidade, meio campo, mas já em processo de transformação, com o aparecimento de "vivendas amplas, de bom aspecto, habitadas por famílias mais abastadas" (Idem, p.10) em terrenos que constituíam verdadeiras chácaras dentro do tecido urbano.

Do universo da infância no final do século XIX reconstruído pelo adulto, personagens ilustres e tipos populares, lugares e ocasiões de sociabilidade, festas, acontecimentos, suas fontes d'água e os aguadeiros, o tratamento dado pelo cronista embaralha memórias individuais e coletivas, vivências pessoais reinterpretadas à luz da experiência social mais ampla, entre a resignação e a melancolia, com o passado se repondo no presente:

"Passaram-se os anos. As transformações se multiplicaram, mas o Tambiá que se foi, vez por outra, se projeta nítido, detalhado, completo na tela ampla da minha recordação. Sinto-me, vejo-me como outrora (...) Diferente é o Tambiá de agora: ruas pavimentadas, cortadas a bondes, cruzadas de automóveis, servidas de luz elétrica; desapareceu-lhe a maioria das casas medíocres; outros são quase todos os seus habitantes. Tudo mudou, tudo, exceto a água de sua fonte que permanece abundante, cristalina e fresca. Nem tudo passa sobre a terra" (Medeiros, 1942, p. 107)

Nem tanto um guia à maneira da obra de Freyre, nem tampouco apenas um depoimento em primeira pessoa de corte memorialista e autobiográfico como *Tambiá da minha infância*, ainda que incorporando aspectos dessas categorias de escrita, o *Roteiro sentimental de uma cidade* (1962), de Walfredo Rodriguez, combina vasto conteúdo histórico e iconográfico com um ensaio de história urbana escrito desde um olhar íntimo e amoroso, sentimental, como explicita seu título, numa tentativa de, como diz Virgínius de Gama e Melo no prefácio à obra,

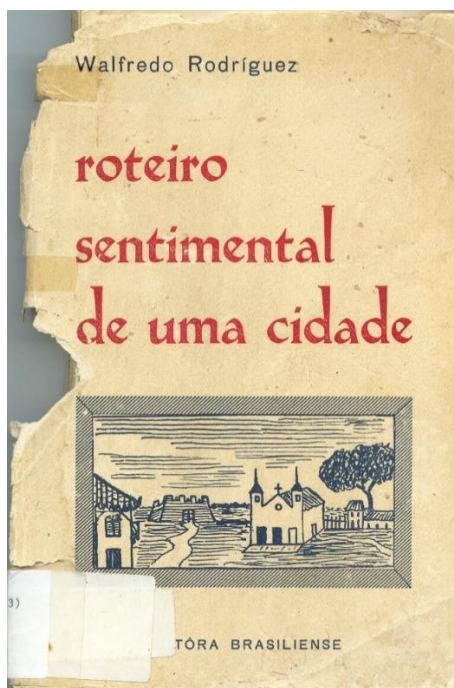
apreender a “alma da cidade”. Nesse olhar, da materialidade de sua constituição física, “a cidade passa a uma categoria superior (...) para apresentar-se como entidade anímica” (Melo, 1962, p. XIV). “Solta dos algarismos”, a cidade é vista como “um documento comovido de saudade” (Idem, p. XIII),

Subsidiando a escrita do livro estava o rico arquivo fotográfico constituído por Rodriguez e seu avô, Emiliano Rodriguez, desde o final do século XIX. Sem se limitar ao papel de ilustração, as fotografias constituem muitas vezes o norte imagético que conduz a narrativa. É através desse acervo que Rodriguez leva o leitor a um “passeio retrospectivo” no “passado da nossa cidade”. Nesse passeio desfilam tipos humanos, ilustres e populares, pitorescos, festas, lugares e melhoramentos urbanos, em uma tentativa de, elidindo comentários acerca do presente em que se escreve, construir o retrato de uma cidade e de uma sociabilidade sob o crivo da tradição e da permanência, em que mesmo as transformações materiais, de pequena monta, são assimiladas em um quadro geral marcado pela estabilidade de valores e práticas já instauradas.

“Vamos recuar muitos anos. Não é a João Pessoa da atualidade não; essa você bem a conhece, com seu progresso, defeitos e irreverências. É a antiga capital da Província da Paraíba do Norte, sua vida, seus homens, especialmente seus negócios, razão de ser dessa mesma vida” (Rodriguez, 1962, p. 47)

Sem afetações ou rupturas, “onde tudo se resolvia a contento de todos”, sem fazer “cópia caricata de outros costumes”, essa cidade, deixa entrever Rodriguez, tinha uma alma e um caráter próprios. Bem diverso, portanto, dos “dias que passam, cheios de utilitarismos parasitários do nosso sentimento” (Idem, p.47). Isso explica, por certo, seu desinteresse com a cidade contemporânea dos anos 1960, talvez por desalmada.

Figura 4: Capa da primeira edição do livro de Walfredo Rodriguez, 1962



Fonte: acervo do autor

À maneira da busca de uma síntese formal do que constituiria essa alma e esse caráter da cidade, a edição original da obra de Rodríguez traz em sua capa uma gravura emoldurada como uma tela, um registro contendo o que pode ser lido como os elementos essenciais da cidade em seus primórdios. Uma igreja, um sobrado, um forte, um casario, um largo. Em suma, uma representação da “cidade análoga” da Paraíba nos seus primeiros tempos. Ainda que essa cidade mudasse com os séculos, é como se, para o autor, os aspectos característicos do que ela seria estivessem já definidos nesse arranjo, de forma estável. E é essa cidade e o mundo que a compreendia que se vê enfronhada em um processo dissolvente de valores, formas, usos e vivências no momento em que Rodríguez escreve.

Em uma postura distinta daquela mais aristocrática na defesa da província e profundamente crítica da ideologia do progresso sobre a cidade do Recife por parte de Gilberto Freyre, Rodríguez elenca e enaltece a ação de homens públicos que trabalharam para os melhoramentos materiais da cidade, recontando a história dos serviços de abastecimento d’água, iluminação, transporte. Homens como o presidente Beaurepaire Rohan, “maravilhoso administrador”, “de larga visão” (Rodríguez, 1962, p. 87-88), que em meados do século XIX

mandou levantar a planta da cidade com a intenção de provê-la de saneamento e água, benefícios que só seriam materializados mais de meio século depois dele.

Talvez porque a cidade da Paraíba, no começo do século XX, não tenha passado por processos tão destrutivos em intensidade e escala como aqueles que se abateram sobre o Recife, a posição de Rodriguez acerca do progresso seja de outra ordem, visto antes através das benesses que vai legando à cidade do que como um agente da destruição. O progresso, nessa visão, não seria um progresso arrasa-quarteirão.

Ajuda a entender essa compreensão de progresso urbano, em que mudanças do traçado de ruas, criação de praças em antigos largos, operações de embelezamento são tomadas como melhoramentos e, portanto, como ações positivas, o fato de que o relato de Rodriguez se encerra antes que investidas de maior monta se abatessem sobre cidade. Já que, embora empreenda entradas nos primeiros séculos de existência da cidade, o livro se dedica sobretudo ao período entre o final do século XIX e os anos 1920, coincidindo praticamente com a Primeira República.

Aqui e ali incorporando uma ou outra obra representativa do primeiro ciclo de modernização urbana da capital, durante os governos Camilo de Holanda (1916-1920) e Solon de Lucena (1920-1924), Rodriguez, no entanto, omite do seu registro as demolições de templos religiosos, casas e sobrados para alargamento e regularização de vias, assim como as cenas de ruas revolvidas para a construção de saneamento e ampliação do abastecimento d'água, e as muitas arquiteturas públicas e privadas que deram o tom da *belle époque* na "Parahyba Nova". Do mesmo modo, oculta também a cidade que se construiria e se reconstruiria nas décadas seguintes.

Uma década antes da publicação em livro, o jornalista José Leal, em sua coluna "Nota do dia", tecia considerações sobre a importância do material recolhido por Walfredo Rodriguez, um "documentário inigualável a respeito dos aspectos desta cidade, assinalando as modificações por que tem passado o panorama urbano" (Leal, 1953, p.4). Sugere, com grande acerto, que com o recurso das fotografias, complementadas por recortes de jornais e anotações, poderia ser "reconstituída a marcha evolutiva da cidade dos beirais às fachadas agressivas de concreto

armado” (Idem, p.4). Permitiria, ao mesmo tempo, reavivar, ainda que sob a forma de um “desfile de fantasmas”, o que fora “a feição colonial da cidade que lhe dava personalidade própria”, um consolo, ao menos, diante da “decadência atual” (Idem, p.4).

Sem seguir à risca essa sugestão, ainda que registre espaços, edifícios e ruas que logo se tornaram parte das perdas irreparáveis, como o “trecho da rua Direita, com suas calçadas em escadarias” (Idem, p.4), destruídas em benefício da regularidade do traçado urbano e do fluxo de pessoas e veículos, Rodriguez não avança em seu trabalho no sentido de reconstituir a “marcha evolutiva” da cidade até o momento da escrita.

A marcha evolutiva, e o alcance da narrativa, cessa antes que essas perdas se tornassem rotineiras, congelada como o registro fotográfico do pitoresco acendedor de lampião antes de seu desaparecimento com a implantação da energia elétrica na cidade. Não se tratava mais de um progresso com que se pudesse contemporizar. O tempo já não era “dos lentos cabriolés”. O tempo era dos “vertiginosos ‘rabos de peixe’” e da “decadência atual” (Idem, p.4).

O MORAR NORDESTINO CONTRA AS GAIOLAS DE CONCRETO

As “fachadas agressivas de concreto armado” constituiriam talvez o traço mais característico da cidade que ascende a partir do final da década de 1940. “Ante os olhares até certo ponto rancorosos dos mais conservadores” (Crescer..., 1963, p.3), a construção do edifício-sede do IPASE, erguido ao final dessa década numa das esquinas do Ponto de Cem Réis, “infundindo vaidade nos que se julgavam conhecedores dos hábitos modernos” (Idem), sinaliza o início de uma verticalização que logo transformaria outras tantas esquinas na área central da capital. Saltando o imenso território até então praticamente vazio entre a mancha urbana e o litoral, também na fronteira atlântica os prédios tomariam as areias de Tambaú e Cabo Branco, fazendo com que no intervalo de pouco mais de duas décadas, na orla ou no centro, edifícios verticais, institucionais, de escritório, serviços ou moradia se espalhassem com relativa velocidade.

Saudada desde a primeira hora com entusiasmo por parte da opinião pública ciosa pela transformação da cidade, a verticalização logo converteria os edifícios em altura em ícones incontestes da modernização urbana. Seu aparecimento, contudo, não deixou de ser objeto de críticas, ressalvas e chamados à ponderação. Tanto mais em um contexto cultural formado a partir da sobreposição de múltiplas temporalidades postas em conflito em meio à e devido à modernização, entremeando anseios de mudança e ruptura com desconfortos e reivindicações de algum tipo de mediação entre o que era cidade e o progresso que vinha.

É este, justamente, o teor do artigo “O Progresso”, publicado no jornal *A União*, de 1962, acerca da construção de edifícios verticais junto à avenida Getúlio Vargas, antiga *parkway* da Lagoa e eixo de expansão da cidade em direção ao mar a partir do Parque Solon de Lucena. Em vista de caminhões descarregando material e operários em atividade, Juarez da Gama Batista, autor do artigo – já conhecido pelo ensaio *Caminhos, sombras e ladeiras* e por sua coluna Close-Up, no jornal *O Norte*, na década de 1950 – busca refúgio em um presente prestes a desaparecer, mas que já provocava “saudades da paisagem aberta, plana, deixando ver um céu amplo, atrás da massa verde e compacta do arvoredo a se agitar de leve” (Batista, 1962, p.6).

“Tapumes, areia, ferro, pedras para britagem, alicerces e fundações já lançadas” (Idem), tudo isso sinalizava o progresso que chegava “mudando a fisionomia tranquila do bairro residencial (...) afogado em árvores”. Um progresso, contudo, distinto, desprovido de “ímpetos devoradores” e sem a “fúria contra o que for mais antigo ou simplesmente provinciano” (Idem). Aventada no mesmo ano em que se publica o *Roteiro sentimental de uma cidade*, essa acepção de progresso dialoga diretamente com a ideia de um progresso moroso, de “desenvolvimento lento, preguiçoso, desestimulado...” (Duarte, 1989, p.19), que permeia a obra de Walfredo Rodriguez. Sem as “arrancadas cegas de modernidade”, este seria um “progresso natural, a evolução das coisas e dos fatos” (Batista, 1962, p.6).

Sem que se detenha em conceituar o que caracteriza esse progresso, Batista, todavia, oferece pistas. Ao reivindicá-lo como natural o que se pretende, na verdade, é denunciar o que por vezes comparece no debate público sobre os rumos da cidade sob a forma de “artificialismos”,

isto é, quaisquer práticas, modismos e construções alheios à cidade, sua história, cultura, paisagem e costumes. Carentes de autenticidade, esses artificialismos, que a modernização incessantemente aportava, seriam contrários à natureza da cidade, ao seu caráter. Por sua vez, em contraponto e à maneira de resistência a influxos externos, esse progresso natural seria produto das condições concretas da realidade local e seus limites.

Dessa perspectiva, o fato de João Pessoa – que Batista chama duas vezes de Paraíba, talvez de forma intencional, remetendo ao antigo nome da capital – “não ser uma cidade industrial, nem empório comercial” a livrara de se submeter a “condições e novidades em estilos de vida nem sempre ‘modernos’ ou ‘atuais’”. Constituindo uma das poucas capitais brasileiras que “nem recaiu na modorra, nem na renovação apenas cenográfica, renovação para caixeiro-viajante” (Batista, 1962, p. 6).

“Ao contrário. João Pessoa é uma cidade de província que tem sabido harmonizar paisagem e formas de vida, novidade, modernidades autênticas, sem descambar para o cinematográfico, para a cópia de revistas ou cartões postais de propaganda dos grandes centros de outros países” (Idem)

Longe de estar imune a esse destino, João Pessoa padecia “vítima de mais de um erro”, quer da parte do “gosto artístico” de seus administradores; quer por conta da ação de particulares, preocupados em imitar o que “os outros têm de pior ou mais inadequado ao nosso país, ao nosso clima, à nossa paisagem, aos nossos costumes” (Idem). Os erros, no entanto, eram de pouca monta no pouco que se havia feito, permitindo que a cidade permanecesse com “um aspecto amorável, de coisa encolhida pacatamente, provincianamente, entre jardins ou galhos de árvores” (Idem). Contudo, ao mesmo tempo, os “sons diversos, secos, duros e firmes de obra começando” anunciavam outra cidade “que vai nascendo”, sob a forma da “majestade dominadora” do “bloco de granito e ferro”, imbuindo de outra vida o bairro sossegado.

Aventada por Batista como um fator capaz de limitar a sanha demolidora do progresso “artificial”, a frágil base econômica de uma capital de pequeno porte e de poucos recursos constava muitas vezes como um obstáculo à verticalização, em vista dos custos de implantação da infraestrutura solicitada pelos edifícios. A este argumento somava-se outro,

considerando despropositada a opção pela verticalização em uma cidade com um vasto estoque de terras disponível para crescer horizontalmente. Afinal, frente às características da cidade, melhor seria “continuar por baixo” (Arranha-céus, 1956, p.3), próximo ao ritmo de mudança histórico e às possibilidades existentes, sem arroubos.

“Cidade necessitando de expandir-se horizontalmente, dominando terrenos imensos para o oceano ou para o sul do município, prefere, pela estupidez das companhias imobiliárias ou critérios de instituições públicas federais, procurar os céus, quando a terra é vasta e devoluta” (Crescimento..., 1962, p. 3)

Impertinente segundo a economia urbana, os edifícios em altura tampouco correspondiam ao clima de uma capital quente e úmida, com a inadequação ambiental dessa tipologia à ecologia local bem evidente em prédios de “fachadas liliputianas, todas fechadas de vidro como se especialmente planejadas para climas glaciais” (Arquitetura, 1957, p.3).

“(…) os princípios urbanísticos, como ventilação, locomoção, arborização, consequências climatéricas, enfim, são mais propícios às cidades de edifícios baixos e mais sufocantes aos monstros de aço que tapam a visão e eliminam o oxigênio” (Crescimento..., 1962, p. 3)

Antieconômica, antiecológica, a crítica à verticalização trazia implícita a opção por outro tipo de cidade, de baixa densidade, dispersa, dissolvida e imersa na natureza. Em meio aos contratempos e inconvenientes de variada ordem associados à verticalização, a construção de edifícios verticais para moradia, em particular, constituía também uma afronta à cultura do modo de vida provinciano. Uma traição, sem mais, aos costumes, cotidiano e sociabilidade cultivados na esfera doméstica da casa unifamiliar, solarenga, esparramada entre quintais e jardins.

Com claro viés de classe, essa visão embasava uma leitura da vida social francamente conservadora, cuja representação em termos urbanísticos convergia para um modelo de cidade horizontal com a casa unifamiliar como núcleo mínimo – com certa tolerância a edifícios de baixa altura – supostamente dotadas de um caráter regional, não-imitativo, natural. Um morar tipicamente nordestino a ser preservado ante o avanço das “gaiolas de concreto”.

Figura 5: Vista aérea da praia de Cabo Branco, com os edifícios Borborema (1962) e Beira-Mar (1967). (Final dos anos 1960)



Fonte: IBGE

Não é casual que a reação às “gaiolas de concreto” ganhe corpo no começo dos anos 1960. Desde meados da década anterior, nota-se uma expansão do mercado imobiliário voltada à produção habitacional (Pereira, 2009). Tanto no centro como nas praias, a partir da segunda metade dos anos 1950, empreendimentos públicos e privados para habitação vertical se multiplicariam, transformando a silhueta urbana da capital. De 1957 é o projeto para o Edifício Presidente João Pessoa, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), seguido pelos edifícios Caricê (1964), Cadeno (1967), Nossa Senhora de Lourdes (1967) e Santa Rita (1968), todos na área central, enquanto entre Tambaú e Cabo Branco os edifícios Manaíra (1961), Borborema (1962), João Marques de Almeida (1965), São Marcos (1967) e Beiramar (1967) avançavam sobre o espaço dominado pelo coqueiral (Pereira, 2009).

Símbolos de progresso e modernidade para alguns, para outros a moradia em altura nada mais era que um dos tantos artificialismos importados. Coisa de copista, de quem “tem que

imitar, forçosamente, Rio ou São Paulo” e olha “orgulhoso para o prédiozinho e vai contando os andares. [Que] A princípio chegavam a 4 ou 5. Agora contam-se dezessete”. (Crescimento..., 1962, p. 3)

Possivelmente referindo-se ao edifício Presidente João Pessoa, vulgarmente conhecido como “18 andares”, cuja fachada norte pode bem ter inspirado a imagem da “gaiola de concreto”, a aversão aos edifícios altos nutre um cabedal de expressões depreciativa dessa opção tipológica. “Gaiola”, “caixão de cimento”, “terríveis monstros a dominar os ares cheios de apartamentos tipo gaiolas” que se espalhavam, crescendo à revelia do que era a cidade e, não bastasse, desviando recursos que poderiam viabilizar sua expansão horizontal.

“Cada edifício de 10 a mais andares erigidos em João Pessoa, diminui a expansão da cidade em centenas de metros, assim como a possibilidade de abertura de novas avenidas, ruas e grupos residenciais. Não temos nenhuma necessidade de procurar as alturas, mas a obrigação de explorarmos terras, de crescermos, como se diz em linguagem técnica, horizontalmente, tirando João Pessoa da cidade pequena e acanhada para dar-lhe novas distâncias acolhedoras, onde a população possa viver sem o engaiolamento das metrópoles, como macacos em jaulas, a fitar horizontes sem poder alcançá-los” (Crescimento..., 1962, p. 3)

Em vista do extenso território a ser ocupado, uma área em que caberia “dez, vinte vezes, folgada, a população atual, com suas casas isoladas de jardins e quintais”, não se justificava essa “necessidade de gaiolas de arranha-céus”, do “absurdo de prédios de 16, 20 andares”. No entanto, essa “aberração arquitetônica”, imposta pelo poder do capital da “indústria da construção civil”, forçava cada vez mais sua presença no horizonte urbano (Crescimento..., 1969, p. 3).

Figura 6. Fotografia de Tibor Jablonsky de residências na praia de Cabo Branco (1957)



Fonte: IBGE

Com essa “imitação barata” da “mania americana dos prédios” (Crescimento..., 1962, p. 3), perdia-se algo mais do que apenas recursos financeiros. Perdia-se uma cultura do modo de vida calcada na ideia de “liberdade de espaço ao homem nordestino” (Crescimento..., 1969, p.3). Numa formulação que ressoa a verve regionalista de Gilberto Freyre, no núcleo dessa ideia estava a tentativa de marcar uma clara distinção entre o que seria um viver nordestino, prenhe de bucolismo, e a existência metropolitana encapsulada nos “grandes centros sulistas” (Idem), com seus edifícios de apartamentos ocupados por homens mecânicos, prisioneiros, emparedados.

Conspurcando a paisagem urbanística do Nordeste, os edifícios em altura não seriam só “impróprios à atividade pública, [como] nocivos à vida doméstica” (Idem). O morar nordestino, por contraste, encontrava seu espaço vital em “residências térreas, ajardinadas e muradas, além do quintal onde se plantava mamão e outras fruteiras” (Idem). Em casas humildes ou mansões isoladas nos lotes desfrutando-se de uma “vida ampla sem horizontes”, com crianças brincando com os animais domésticos, em contato direto com a natureza, numa

idílica “cidade natural por sua arquitetura e paisagem” (Idem). Uma arcádia moderna se insinuava, com a casa, a cidade e a paisagem compondo um arranjo coeso e harmônico.

Esquivando-se da modernização, essa projeção parecia, igualmente, imune às transformações de ordem social que mesmo rarefeitas a modernidade aportava. Falando do futuro, do que poderia ser a cidade e a sociedade caso escapassem da “lógica cretina” que submetia a realidade, essa miragem revelava, por outro lado, muito da aspiração por um mundo socialmente imóvel, de valores pretéritos. O mundo congelado no tempo que as fotografias de Walfredo Rodriguez ensejavam.

“Imperava então a pacatez natural, sem afetação, onde tudo se resolvia a contento de todos. Não existia ainda essa cópia caricata de costumes, tomados de empréstimo à vida de outras gentes, cuja diferenciação é patente nos dias que passam cheios de utilitarismos parasitários do nosso sentimento” (Rodriguez, 1962, p. 47)

CONCLUSÃO

Em duas ocasiões, 1969 e 1975, José Américo de Almeida, ensaísta, escritor de “A Bagaceira” (1928), obra inaugural da voga regionalista da literatura brasileira na década de 1930, ministro de Viação e Obras Públicas em mais de um momento e governador da Paraíba entre 1951 e 1956, com um período de afastamento do cargo, teve-se, em dois breves ensaios, sobre a cidade que adotara, após nascer na região do brejo e trabalhar como promotor no sertão paraibano. É estranho, por tardio, que apenas então José Américo se ocupe da cidade como objeto de reflexão, dada a centralidade que o tema adquirira, desde os anos 1920, na produção intelectual de escritores nordestinos, seus contemporâneos, como Câmara Cascudo e Gilberto Freyre, para citar apenas dois exemplos.

De 1969, é o ensaio “Cidade de João Pessoa: roteiro de ontem e de hoje”, incluído no *Guia dos telefones*. No que parece uma reelaboração condensada desse primeiro texto, em 1975 aparece, na publicação oficial *Paraíba*, o ensaio “Um passeio pela cidade vegetal”. Nos dois casos, como evidenciam os títulos – mais inspirador, na segunda versão, sem dúvida –, Almeida propõe um passeio pela cidade, assumindo a função de guia que conduz o leitor por aspectos da cultura, da história, da geografia e vida social da capital paraibana.

Ele próprio morador da praia de Cabo Branco desde os anos 1920, em cuja casa de quintal largo recebia amigos, políticos e visitantes ilustres, como o modernista Mário de Andrade, que por mais de uma vez jantou em sua residência quando de passagem pela então cidade da Paraíba, em 1929, José Américo foi o artífice do que a imprensa local batizou de “corrida para o mar”, ao levar a cabo os trabalhos de construção da Avenida Epitácio Pessoa, encetados no final da década de 1910 pela administração Camilo de Holanda.

Descrita em tom quase apoteótico como uma obra que consumava “o velho e prolongadíssimo sonho de uma população que anseia para avançar sempre mais, rumo aos seus legítimos destinos” (A cidade..., 1952, p.1), a Avenida Epitácio Pessoa descerrava a possibilidade de, finalmente, consolidar um novo arranjo espacial unindo em um mesmo corpo urbano a cidade de quase quatro séculos, atrelada em sua origem ao rio Sanhauá, e o que José Américo chama de “cidade marítima”, formada na orla atlântica onde antes existia “apenas solidão e mataria” (Almeida, 1975, p.10).

Essa passagem do rio ao mar, conduzida entre as décadas de 1940 e 1970, marcaria, por sua vez, um ponto de não-retorno nas relações entre as distintas temporalidades representadas por esses dois extremos geográficos, que tenderiam a se esgarçar profundamente nas décadas seguintes, com consequências que perduram até hoje. Enquanto a cidade das praias atrairia progressivamente população, serviços e atividades, o núcleo histórico entraria aos poucos em declínio econômico, com efeitos nefastos sobre o riquíssimo patrimônio arquitetônico e urbanístico que encerra.

Duas faces de um mesmo corpo, a cidade do rio e a cidade do mar, cujos marcos e atrativos balizam os ensaios de José Américo, tampouco abarcavam a totalidade do que era a capital paraibana na virada para a década de 1970. Fora do campo visual do intelectual, a cidade transpunha fronteiras, assimilava ondas sucessivas de migrantes oriundos do interior paraibano e de outras regiões, e ampliava sua escala territorial impulsionada pela proliferação de conjuntos habitacionais populares, como o conjunto Castelo Branco, do Banco Nacional de Habitação (BNH), o primeiro grande empreendimento urbanístico a ser implantado para além

do rio Jaguaribe, ao sul da cidade, ao qual logo se juntaria o campus da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (Cavalcanti, 1999; Lavieri e Lavieri, 1992).

Anseios nostálgicos sobre a cidade que se distanciava quanto mais se avançava em direção ao mar não deixariam de aflorar, nutrindo um sentimento de perda e, ao mesmo tempo, de cultivo de um passado idealizado. Ao mesmo tempo se expandia essa outra cidade de massa, metropolitana, porém não mais provinciana, socialmente mais diversa e complexa, o mundo dos conjuntos habitacionais populares dispersos entre cajueiros, jambeiros e mangabeiras.

REFERÊNCIAS

A CIDADE e o mar. **O Norte**, João Pessoa, 27 dez. 1952, p.1.

ALMEIDA, José Américo de. Um passeio pela cidade vegetal. **Paraíba**, João Pessoa: A União, 1975, p.9-10.

ALMEIDA, José Américo de. **Cidade de João Pessoa: roteiro de ontem e de hoje**. In: AGUIAR, Wellington; MELO, José Octávio de Arruda. **Uma cidade de quatro séculos. Evolução e Roteiro**. 2ª ed. João Pessoa: FUNCEP, 1989, p. 165-166.

ARQUITETURA. **A União**, João Pessoa, 1957, 16 de março, p.3.

ARRANHA-CÉUS. **A União**, João Pessoa, 25 fev. 1956, p.3.

BATISTA, Juarez da Gama. O Progresso. **A União**, João Pessoa, 11 agos. 1962, p.6.

BATISTA, Juarez. **Caminhos, sombras e ladeiras. Esboço de perfil de cidade do Nordeste brasileiro**. 2ª ed. João Pessoa: FUNCEP; A União Editora, 1989.

BATISTA, Juarez. Close-Up. **O Norte**, João Pessoa, 11 dez. 1952b, p.3.

BATISTA, Juarez. Close-Up. **O Norte**, João Pessoa, 26 nov. 1952, p.3.

BATISTA, Juarez. Close-Up. **O Norte**, João Pessoa, 7 dez. 1952a, p.3.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés do chão. In. **Recortes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAVALCANTI, Jovanka Baracuhi. **A política habitacional do BNH no Brasil pós-64 e seus reflexos na expansão urbana de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999.

CRESCER para cima. **A União**, João Pessoa, 5 mar. 1963, p.3.

CRESCIMENTO horizontal. **A União**, João Pessoa, 18 jan. 1962, p. 3.

CRESCIMENTO vertical. **A União**, João Pessoa, 23 fev. 1969, p.3.

DUARTE, Waldemar. **Memorialismo literário em Walfredo Rodriguez**. In: SANTOS, Alex (org.). **Walfredo Rodriguez e a cultura paraibana**. João Pessoa, A União, 1989, p. 19-32.

LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. **Evolução da estrutura urbana recente de João Pessoa (1960-1980)**. João Pessoa: Textos UFPB-NDHIR, 1992.

LEAL, José. Nota do dia. **O Norte**, João Pessoa, 27 jul. 1952a, p.4.

- LEAL, José. Nota do dia. **O Norte**, João Pessoa, 30 mai. 1953, p.4.
- LEAL, José. Nota do dia. **O Norte**, João Pessoa, 6 nov. 1952a, p.4.
- MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da minha infância**. João Pessoa, s/e, 1942.
- MELO, Virgínius da Gama e. **Prefácio**. In: RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1962, p. XII-XVI.
- Moreira, D. Urbanismo e usura. **A União**, João Pessoa, 21 de dezembro 1956, p. 2 e 4.
- NORONHA, Linduarte. A expansão urbana sufoca os quistos morais. **A União**, João Pessoa, 22 jun. 1957, p.2;
- O PRÉDIO mais alto da cidade. **A União**, João Pessoa, 31 jan. 1958, p.3.
- PROBLEMAS da cidade, **O Norte**, João Pessoa, 24 fev. 1954, p. 2.
- PROBLEMAS da cidade, **O Norte**, João Pessoa, 26 fev. 1955, p. 2.
- PROBLEMAS da cidade, **O Norte**, João Pessoa, 30 jan. 1955a, p. 2.
- PROGRESSO da cidade. **A União**, João Pessoa, 8 mar. 1956, p.3.
- RAMALHO, José. Conversas de fila. **O Norte**, João Pessoa, 13 jan. 1953, p.3.
- RAMALHO, José. Conversas de fila. **O Norte**, João Pessoa, 5 fev. 1951, p.3.
- RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **Dezoito andares. Arquitetura, cidade e políticas da habitação na construção do Edifício Presidente João Pessoa**. 2022. Registros. Revista De Investigación Histórica, v. 18, n.1, 2022, p.106–127.
- TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **Do rio ao mar: uma leitura de João Pessoa ente as duas margens**. In TINEM, Nelci (org.). **Fronteiras, marcos e sinais: leituras das ruas de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB, 2006, p.19-46.
-